



A cidade do Rio Grande e sua natureza na visão de um cronista do século

XIX

*“... Ali, o homem pode mais que a natureza; aonde achou
impotência e miséria ele fez nascer prosperidade...”.*

(Nicolau Dreys, militar e comerciante do século XIX,
em referência à cidade do Rio Grande).

Diego Mendes Cipriano¹

Carlos Roberto da Silva Machado²

Resumo: Neste artigo, foram analisados alguns aspectos dos relatos do viajante naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), alusivos às impressões que o mesmo registrara sobre a paisagem da recém-constituída cidade do Rio Grande-RS, no sentido de apreender os valores que o mesmo atribuiu à natureza em alguns espaços desta nascente urbe. Para isso, situamos a sua produção ao contexto histórico em que estava imerso o viajante, tanto no que tange à cidade como no relacionado ao panorama europeu, com sua visão de mundo e concepções de homem ocidental que era. Apreendemos em Saint-Hilaire uma íntima relação entre os seus valores éticos e estéticos, na medida em que a apreciação negativa que ele fez da paisagem rústica ou virgem – o feio – esteve enraizado na idéia de atraso civilizacional.

Palavras-chave: natureza, representações, Saint-Hilaire.

¹ Historiador, Mestre em Educação Ambiental e pós-graduando em Gestão Ambiental em Municípios pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Brasil, Rio Grande do Sul, Rio Grande. Campus Carreiros: Av. Itália km 8 Bairro Carreiros. CEP 96200-000. E-mail: diego_cipriano@yahoo.com.br.

² Professor Doutor em Políticas Públicas Educacionais e Ambientais da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Coordenador do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo-Sul do Brasil. Brasil, Rio Grande do Sul, Rio Grande. Campus Carreiros: Av. Itália km 8 Bairro Carreiros. CEP 96200-000. E-mail: karlmac@ig.com.br.

The Rio Grande and its nature in the vision of a nineteenth-century chronicler

Abstract: In this article, we analyzed some aspects of accounts traveler naturalist Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), depicting the impressions that it had registered over the landscape of the newly incorporated town of Rio Grande-RS, in order to grasp the values which it attributed to nature in some areas of this nascent metropolis. For this, we situate its production to the historical context in which the traveler was immersed both in regard to the city as the related European scene, with their worldview and Western conceptions of man he was. Apprehended in Saint-Hilaire an intimate relationship between their ethical and aesthetic values, to the extent that the negative assessment he has made of rustic landscape or virgin - the ugly - was rooted in the idea of civilizational backwardness.

Keywords: nature, representations, Saint-Hilaire.

1 - Contexto e relevância da literatura de viajantes para os estudos históricos

A nossa opção pelos relatos de viagem deve-se ao fato de que documentos desta natureza têm sido muito utilizados para a compreensão do passado humano em diversos estudos históricos, embora exijam do pesquisador cautela quanto à sua abordagem sobre a realidade que pretendem descrever. Conforme Heloísa Reichel,

Os depoimentos dos viajantes, com explicações e aparato crítico adequados, contribuem para uma melhor e mais enriquecida compreensão do passado. Temos que cuidar, porém, para não cairmos na armadilha de aceitarmos as suas descrições e informações como sendo a própria e única realidade. Elas se constituem de representações, *reinvenções de realidades*, produzidas a partir da visão de um sujeito. São imagens que se constituem em representações do real, elaboradas a partir de componentes ideológicos de pessoas dotadas de equipamentos culturais próprios e que trazem um patrimônio anterior que condiciona o modo de observar e entender o empírico. (REICHEL, 2002: 3)

Assim, os relatos de viajantes não constituem a “pura realidade”, mas sim representações ancoradas na visão de mundo de quem escreve, com suas respectivas ideologias, assim como condicionamentos socioculturais. Desse modo, faz-se necessário, conforme Reichel, adotar “explicações e aparato crítico adequado” para uma melhor compreensão dos conteúdos expressos nestes relatos. Da mesma forma, é necessário analisá-los conforme o contexto histórico em que foram produzidos, para evidenciar os

seus múltiplos condicionamentos e subjetividades implícitas ou explícitas. É neste sentido que situamos o século XVIII e seus desdobramentos, caracterizado pela exploração colonial da América ancorada no cientificismo e na racionalidade. Estes dois princípios eram norteadores ao conhecimento da realidade, que era apreendida através da observação empírica da natureza e seus elementos constitutivos. Os relatos eram produzidos com representações cujo caráter era influenciado pelo chamado movimento romântico em fase de constituição neste período histórico. Desta forma,

A noção de natureza e seus corolários – a bondade natural, a pureza da vida em natureza, a superioridade da inspiração natural, primitiva, popular – estão presentes nas *representações* construídas pelos viajantes. Nos seus relatos, é comum o culto da natureza, considerada, pelos românticos, como lugar de refúgio, puro, não contaminado pela sociedade, lugar de cura física e espiritual. (REICHEL, 2002: 5).

Assim, as concepções de natureza presentes nos relatos desta época evidenciavam-na como algo superior à vida humana e radicalmente distinta desta, sendo um lugar de recolhimento que a sociedade não influenciou. Neste “espírito”, os viajantes conheciam lugares “estranhos” e “exóticos”, com suas características naturais e os respectivos costumes da gente que os habitavam, difundindo as suas “descobertas” aos leitores nelas interessados. Neste sentido, os viajantes naturalistas afinizavam-se com a perspectiva dos românticos, já que estes também viam o diferente ou o exótico como singularidade a ser conhecida e relatada (cf. REICHEL, 2002: 8).

No que se relaciona ao contexto mundial da época, temos que todo o século XVIII será marcado pela adoção do chamado *fisiocratismo*³ em escala planetária, o qual

³ Segundo o *Fisiocratismo* (físio = natureza e cratos = poder) a verdadeira riqueza dos países encontra-se na agricultura e não na quantidade de metais preciosos como defendia o Mercantilismo. Segundo os fisiocratas, dos quais se destacam os franceses Quesnay e Turgot, é da agricultura que dependem todas as restantes atividades econômicas, pelo que o Estado deveria estimular o trabalho da terra, suprimir os direitos senhoriais e abolir o seu intervencionismo e todos os entraves à produção e ao comércio (em especial dos produtos agrícolas). Paralelamente, o Estado deveria atuar na valorização da agricultura através da utilização de novos instrumentos e técnicas agrícolas (mecanização, adubação e irrigação), conquista de novas áreas cultiváveis (arroteamento de flores e baldios e drenagem de pântanos), substituição do sistema de baldio pela cultura de forragem e ainda através da seleção de sementes e animais. Estas novas técnicas agrícolas associadas à mecanização estiveram na base da denominada ‘Revolução Agrícola’ iniciada em Inglaterra na segunda metade do Séc. XVIII.

promoveu o desenvolvimento da agricultura e do comércio marítimo na América. Deste momento em diante, nos países ibéricos – Portugal e Espanha – e também em outros como Inglaterra, Holanda e França, irão se constituir companhias destinadas a explorar a produção das colônias. Para isso, era necessário um profundo conhecimento das características geográficas, climáticas e demográficas das terras do ultramar. Desta forma, estavam lançadas as bases e as motivações conjunturais que propiciaram as viagens de exploração e estudo dos naturalistas a partir desta centúria (REICHEL, 2002:9).

A partir do século XVIII, a racionalidade e a sociabilidade, articuladas, irão configurar o par antinômico civilização e barbárie, demarcando de forma concreta as oposições existentes entre regiões da América e da Europa. Como exemplo

Buffon⁴, ao final do século XVIII, hierarquiza a espécie humana, construindo uma classificação que vai desde os mais civilizados, ou seja, as sociedades da Europa setentrional, logo abaixo os outros europeus, depois as populações da Ásia e da África e, por último, os selvagens americanos. Sendo assim, nenhum viajante europeu que visitava a América deixava de trazer consigo a *representação* da inferioridade da natureza americana. (REICHEL, 2002: 10-11)

Desse modo, segundo uma escala geográfica hierarquizada, existiriam povos civilizados e não-civilizados, classificação que estabelecia o grau de adiantamento ou atraso de cada região considerada. Por isso, ao analisar relatos de viajantes desta época, devemos ter em mente que os mesmos já vinham para a América, imbuídos de concepções pré-concebidas sobre a natureza americana (barbárie) e sua pretensa inferioridade em relação à superioridade européia (civilização).

No contexto pós-independência dos países americanos (final século XVIII e início XIX), prossegue o interesse dos viajantes europeus pelo continente, em que muitos

⁴ *Georges-Louis Leclerc*, conde de Buffon (Montbard, 7 de Setembro de 1707 - Paris, 16 de Abril de 1788) foi um naturalista, matemático e escritor francês. As suas teorias influenciaram duas gerações de naturalistas, entre os quais se contam Jean-Baptiste de Lamarck e Charles Darwin. A localidade de Buffon, na Côte-d'Or, foi o senhorio da família Leclerc. Foi precursor de Lamarck e Darwin, com suas concepções filosóficas e o estudo das espécies, que foram ótimos subsídios para o progresso da biologia. É considerado um dos maiores biólogos do seu tempo, Buffon, segundo Darwin, foi um dos primeiros a estudar cientificamente a origem das espécies.

comerciantes, diplomatas, artistas e outros descreveram as condições políticas e socioeconômicas destes Estados, buscando demonstrar as possibilidades de ampliação do comércio destes com o seu país de origem (cf. REICHEL, 2002: 9-10). E é neste contexto que inserimos as representações/relatos enquanto elemento que permite apreender uma dada realidade a partir de perfis ideológico-culturais que perpassam a narrativa dos relatos de viagem, pois integra as dimensões subjetiva e objetiva. Além disso, tais discursos sobre a natureza e o outro são capazes ainda de produzir/modificar e/ou reproduzir a visão de mundo de uma dada sociedade (Ibidem, 2002: 11).

2 - Rio Grande e a urbanização: os humanos e a natureza da/na cidade

Antes de adentrarmos na análise, procedemos a uma contextualização da cidade do Rio Grande no século XIX, a fim de visualizar brevemente o panorama em que ocorre a transformação da natureza pelos humanos e as limitações impostas pela mesma ao estabelecimento da sociedade nestas terras. Mencionaremos o “obstáculo” configurado pelos areais da cidade à fixação de habitações em seu território e também a dificuldade representada pela Barra de Rio Grande à aportagem de grandes embarcações, o que se colocava em sentido contrário ao desenvolvimento almejado por parte dos humanos que aqui chegaram à época.

No início do século XIX, a cidade do Rio Grande sofreu importantes transformações no que tange ao desenvolvimento do comércio, o qual era até mesmo desconhecido por parte de seus habitantes. Na então vila de Rio Grande, as atividades comerciais eram pautadas pela importação de produtos europeus, com a realização de negócios com a Região Platina ou mesmo considerando-se o comércio interior com São Paulo. Para Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres, estudiosos do período, um importante fator propiciou este desenvolvimento comercial da cidade, sendo este:

(...) a localização da Alfândega na vila, desde 1804, obrigando a que todos os produtos por ela passassem, uma vez que os navios atracavam na vizinha São José do Norte⁵, devido à impossibilidade de desembarque no Rio Grande. Essa situação só viria a ser resolvida, a partir de 1823, quando se processou a dragagem e a construção de um porto que permitia o acesso de embarcações maiores. (ALVES; TORRES, 1997: 40).

⁵ No século XIX, era conhecido como *Porto de São Pedro*.

Assim, os historiadores consideram, num primeiro momento, a importância da Alfândega para o desenvolvimento comercial rio-grandino, acrescentando que a posterior construção de um porto na cidade teria solucionado a aludida limitação de ordem física. De acordo com os mesmos autores, este avanço comercial desenvolveria-se com o escoamento, pelo porto da cidade, de grande parte da produção pecuário-charqueadora do Rio Grande do Sul, destacando-se produtos como chifres, graxa, sebo, carne em barris, dentre outros gêneros.

Através deste novo porto, segundo Luiz Henrique Torres (2001: 72), Rio Grande conheceu um grande desenvolvimento com o crescimento de sua área urbana. Este despontar da cidade é expressivo se considerarmos as condições da cidade “ao longo de mais de setenta anos” desde a sua fundação, marcada por “condições físicas adversas” ao estabelecimento dos humanos em sociedade.

Todavia, todo este desenvolvimento comercial poderia ser ainda maior não fossem as limitações que a natureza impunha na Barra do Rio Grande no relativo ao acesso de embarcações:

(...) O problema residia na profundidade da Barra, que decrescia de forma diretamente proporcional ao avanço urbano, populacional e comercial riograndino, em consequência de aterros feitos pelas enxurradas, despejos dos moradores, varreduras das embarcações e areias lançadas pelas embarcações de guerra (...) Apesar de diversas medidas e estudos promovidos durante todo o Império e nos primórdios da República, esse problema somente viria a ser resolvido na segunda década do século XX. (ALVES; TORRES, 1997: 41-42).

Assim, uma relevante limitação de ordem natural contou com a colaboração de processos perpetrados pelos próprios humanos na sua relação com as condições naturais, inviabilizando a atracação de embarcações na Barra de Rio Grande. Este fato atesta uma relação da sociedade rio-grandina com a natureza e a transformação de suas condições, colaborando para as dificuldades relatadas pelos historiadores.

Durante este século XIX, Rio Grande também conheceu um grande avanço econômico aliado ao crescimento de sua área urbana. Neste contexto, buscou-se um aprimoramento da organização urbana e a completa transformação do espaço original

ocupado pela sociedade de então. Este processo, todavia, contou com inúmeras limitações impostas pela natureza – condições ambientais adversas – ao estabelecimento da sociedade da época. Dentre os fatores, estavam os areais e o risco da cidade ser destruída pelos mesmos. Conforme Alves e Torres (1997: 45), estas “difíceis condições ambientais” trouxeram a necessidade de uma série de reformas urbanas. Os historiadores citam um certo Gonçalves Chaves, defensor de um projeto de melhoramentos na cidade do Rio Grande que a elevasse à condição de “uma nova Amsterdã”. Desse modo, reproduzimos um excerto de narrativa do referido Chaves sobre este assunto:

Mas qué! Todos ralham contra o local do Rio Grande e ninguém trata de o melhorar, não obstante ser patente a todos as luzes que seus defeitos naturais são remediáveis pela arte. [Podendo vir a ser] um dos países mais cômodos e agradáveis de todo o mundo.

Neste excerto, podemos perceber o ideal civilizador de que estavam imbuídos alguns sujeitos que opinavam sobre a sociedade de Rio Grande e os obstáculos que ela impunha ao estabelecimento dos humanos no território. Estava passagem, pois, vai ao encontro das narrativas do viajante Auguste de Saint-Hilaire que analisamos neste trabalho.

Neste cenário marcado pelas limitações impostas pela natureza, a urbanização de Rio Grande procurou algumas soluções para os limites de ordem física/natural:

Nesse quadro o intento de vencer os ‘defeitos naturais’ caracterizou o processo de urbanização do Rio Grande. Uma das primeiras providências foi a conquista de terras junto às zonas alagadiças, promovendo-se uma série de aterros que resultaram na multiplicação de terrenos aproveitáveis à ocupação humana. Essa medida, porém, acarretava consigo a criação de desníveis no solo, os quais nas épocas de chuva traziam as inundações para a cidade. A solução tanto para o problema dos areais quanto o das enchentes foi a busca incessante de promover o calçamento das ruas rio-grandinas. (...) (ALVES; TORRES, 1997: 45-46).

No intento de minimizar as limitações impostas pela natureza, os humanos promoveram medidas de intervenção em suas condições naturais que, por um lado, trouxeram soluções paliativas ao problema e, por outro, ocasionaram novos impactos

geradores de outros problemas. Neste sentido, ação humana que transforma a natureza acarreta conseqüências para esta e para os agentes de sua transformação.

Já no final do século XIX, a partir dos relatos do militar e comerciante Nicolau Dreys, os historiadores Francisco Alves e Luiz Torres afirmam a vitória dos humanos contra a natureza em Rio Grande estava praticamente consumada. Reproduzimos e analisamos abaixo as afirmações do viajante sobre a cidade a partir dos autores:

No meio das areias estéreis que a circundam e invadem continuamente, ela se apresenta como uma criação excepcional da política e do comércio: indiferente e como estrangeira ao território que ocupa, não deve nada senão ao caráter ativo industrioso e empreendedor dos habitantes. Ali, o homem pode mais que a natureza; aonde achou impotência e miséria ele fez nascer prosperidade; pois, a cidade de S. Pedro, com suas casas suntuosas, seus ricos armazéns, seus cais regulares e seu porto retificado, pode agora concorrer com as mais notáveis cidades da América do Sul. (*apud* ALVES; TORRES, 1997: 48-49).

Assim, na virada para o século XX, contexto em que os humanos já evidenciam uma maior dominação da natureza com a sua transformação e domesticação, Rio Grande despontava como o lugar do urbano e da civilização, assumindo a posição de maior porto provincial existente. De acordo com Dreys, isso é devido ao engenho criativo e empreendedor de seus habitantes, que ao vencer as limitações ambientais, construíram o esplendor da cidade, elevando-a aos padrões das maiores de nosso continente.

Desse modo, na passagem do século XIX para a centúria seguinte, Rio Grande, de simples vila com vocações de defesa, torna-se uma cidade importante no contexto regional e como acentuado centro comercial. Para Francisco Alves e Luiz Torres,

(...) o processo de construção urbana de Rio Grande visava ‘conquistar’ e ‘domesticar’ o espaço original, bem como corrigir muitos dos problemas gerados neste, a partir da fixação humana. Na mesma linha, houve uma constante busca por dotar a cidade de um arcabouço cultural que reproduzisse, mesmo que de forma reduzida, os padrões europeus. (ALVES; TORRES, 1997: 59).

Aqui, a natureza quando domesticada é tida como válida e útil aos humanos, alterando as características naturais e indesejadas que se colocam como obstáculo ao florescimento da sociedade capitalista ocidental. Esta cidade já transformada, que emerge da relação dos humanos com o ambiente, constitui-se em “artefato humano”, estando calcada em impulsos de modernização europeus. Também, reproduz, em certa medida, seus padrões culturais – os europeus – de forma a legitimar o processo “civilizador” em curso. Todavia, para Alves e Torres (1997: 59), no século XIX, este impulso de vencer os “defeitos naturais” e “aformosear a cidade”, não se traduziu em efetivo cumprimento dos anseios da população de Rio Grande. Isto porque, as transformações levadas a curso modernizavam o espaço no sentido quase estrito de projetar a cidade como “portadora dos princípios da civilização” ao olhar do observador.

3 - Saint-Hilairee suas impressões sobre a natureza em Rio Grande

Após termos percorrido brevemente, em partes anteriores, o contexto em que emergem os relatos de viajantes, e discutido a natureza destas fontes documentais, assim como o contexto de Rio Grande no século XIX, analisamos a seguir alguns aspectos ressaltados por Saint-Hilaire sobre esta cidade no contexto já situado.

Nos relatos de Saint-Hilaire, percebemos recorrência a alguns temas/elementos relativos à natureza e suas características, sobre os quais o viajante naturalista europeu procede a uma descrição minuciosa e impregnada de valorações e adjetivações características do universo ideológico-cultural de sua época e de sua sociedade de origem, a européia.

O nosso estudo analisa os relatos da obra *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*⁶ de Auguste de Saint Hilaire⁷, situados entre 10 de agosto e 08 de setembro de 1820.

⁶ Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul. Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002.

⁷ Naturalista francês nascido em Orléans, com passagens pela América do Sul, cujos relatos são documentos de grande valor histórico sobre a vida e os costumes brasileiros na primeira metade do século XIX. Quando esteve no Brasil (1816-1822), percorreu os atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Colheu grande quantidade de material orgânico e mineral, além de dados etnográficos e descreveu o aspecto da flora em cada região visitada, enriquecendo a fitogeografia florística e a fitogeografia ecológica com sua interpretação do complexo meio físico-planta, referente às plantas estudadas. Classificou duas famílias, muitos gêneros e mais de mil espécies novas da flora brasileira. Reuniu uma coleção de seis a sete mil espécies de plantas para o Museu de História Natural de Paris.

Os temas mais recorrentes abordados pelo viajante em seus relatos dizem respeito a vários aspectos de suas observações diretas, sendo eles: as características geográfico-naturais de Rio Grande, a hostilidade de sua natureza, a rusticidade de suas habitações, a dificuldade para a aportagem de embarcações, a ausência de melhoramentos físicos como impeditivos ao povoamento, e o papel das obras de infra-estrutura como atenuantes dos limites impostos pela natureza ao progresso.

O trecho da obra de Saint-Hilaire aqui analisado, documento de natureza literária, foi publicado pelo Senado Federal do Brasil no ano de 2002⁸. A nossa análise, assim, recorre a excertos presentes nos capítulos III e IV do livro, já que nos mesmos constam relatos alusivos e específicos à cidade do Rio Grande, o nosso objeto de estudo.

O objetivo da obra de Saint-Hilaire é retratar as paisagens dos territórios meridionais do Brasil – o atual Rio Grande do Sul – suas características geográfico-naturais, os costumes dos habitantes e a organização sócio-econômica dos mesmos. O autor dirige-se, sobretudo ao público de origem européia, ávido por conhecer a diversidade da fauna, da flora, do clima das terras americanas e os costumes de sua gente, tendo em vista um mapeamento “estratégico” de seus “recursos” naturais para a sua eventual exploração por potências européias.

Pelo fato de a nossa análise debruçar-se sobre as impressões de Saint-Hilaire sobre a paisagem em Rio Grande, torna-se necessário recorrer-se ao conceito, ao menos brevemente, tendo em vista fundamentar o nosso estudo. Para nós, a idéia fundamental de paisagem vincula-se à percepção visual da natureza dotada de um significado estético, daquilo que é perceptível aos sentidos:

Desde el punto de vista estético, se puede definir un paisaje como un conjunto de componentes naturales y antrópicos característicos, delimitados territorialmente y especialmente observables de forma visual. (...) para su estudio e evaluación estética, se debe considerar al paisaje como la parte sensorialmente perceptible de la naturaleza. (...) (IZQUIERDO; SALINAS, 1988:108)

⁸ A obra divide-se em 28 capítulos distribuídos em 562 páginas.

Desse modo, o conteúdo da percepção depende do universo sociocultural de quem percebe a paisagem, em suas circunstâncias sociais, fazendo da imagem não exatamente o que se vê, mas sim o que é percebido em termos de representação.

Para esta análise, lançaremos mãos de três, que denominamos *natureza hostil*, *natureza a serviço dos humanos* e *idéia de progresso*, visando descrever o conteúdo de cada uma delas e relacionando-as em seguida. São categorias que elaboramos a partir de uma leitura dirigida da obra, tendo em vista relacionar os assuntos/temas que serviriam à problematização e análise dos valores que o autor atribuiu à natureza e de como ele concebia as relações dos humanos com o ambiente.

Na categoria **natureza hostil**, o seu conteúdo expressa a “hostilidade” da natureza, a rusticidade das habitações do território, a dificuldade de aportagem de embarcações na Barra do Rio Grande, a ausência de arborização para o melhoramento visual da paisagem e a posição desprivilegiada de Rio Grande, cercada de areais, pântanos e águas, sem arborização. A categoria **natureza a serviço dos humanos** revela a necessidade de arborização da região da Mangueira que se comunica com a cidade de Pelotas; também, a presença, na região da Paróquia de São Francisco de Paula, de pomares, árvores novas e casas recém-construídas. Aqui, segundo o autor, estas características "naturais" atestariam uma maior proximidade da realidade européia. Mesmo tendo em vista que o relato neste ponto alude à Pelotas, faz-se importante considerá-lo devido à proximidade que esta localidade possui em relação à Rio Grande e considerando as comparações de Pelotas com esta última no que se refere à ocupação do espaço. A categoria **idéia de progresso**, por sua vez, revela que o Porto de São Pedro, na Aldeia do Norte, e a Alfândega, conferem à cidade do Rio Grande a sua continuidade sócio-histórica. Aqui, melhoramentos físicos de infra-estrutura em prol do comércio subvertem as limitações de ordem natural existentes.

A fim de traçar uma discussão/análise do relato de Saint-Hilaire, iniciamos a análise do texto/retrato a partir da categoria **natureza hostil**, no sentido de apreender o valor atribuído pelo viajante à natureza da/na paisagem de Rio Grande à época. Para isso, reproduzimos o seguinte excerto:

(...) **Nada se iguala à tristeza desses lugares. De um lado, o bramir do oceano; e do outro, o rio. O terreno, extremamente plano e quase ao nível do mar, é todo areal esbranquiçado, onde crescem plantas esparsas, principalmente o senecio. As choupanas, mal conservadas, só**

anunciam miséria: destroços de embarcações semi-enterradas na areia recordam pungentes desgraças e nossa alma se enche, pouco a pouco, de melancolia e terror. O refluxo das águas do rio, produzido pelo mar, e a falta de profundidade são as causas das dificuldades que a barra apresenta à navegação e dos naufrágios freqüentes que ali ocorrem⁹. Para preveni-los, foram tomadas, entretanto, várias precauções. A torre, da qual já falei, indica aos navegantes a embocadura do rio. **Um homem encarregado de sondar constantemente a barra, por meio de sinais, informa às embarcações se a quantidade de água, que varia sem cessar, lhes permite a entrada; estas também fazem sinais indicativos sobre o calado de suas embarcações**; enfim, quando saem ou entram, o práctico da barra, num pequeno barco denominado catraia, vai mostrando, por meio de uma bandeira, que ele inclina de um lado ou de outro, o caminho a seguir. O práctico recebe dez mil-réis de cada embarcação que sai ou entra. (Saint Hilaire: 1820: 100)

No fragmento supracitado, consta que a natureza é solitária nestas paisagens, com o oceano e o rio a banhar verdadeiros areais inóspitos, em que vivem algumas plantas espalhadas pela terra; ainda, as habitações são rústicas e mal conservadas, denotando a pobreza da região; o mar, por sua vez, causa o refluxo das águas do referido rio, sendo o primeiro raso e impróprio à aportagem de embarcações, com recorrentes naufrágios, o que trazia a necessidade de adaptação dos humanos a esta realidade com a adoção dos artifícios relatados acima pelo viajante. Aqui, a natureza aparece como verdadeiro obstáculo ao estabelecimento da sociedade humana em Rio Grande, que deve adaptar-se paulatinamente às condições oferecidas pela paisagem para a edificação de sua existência.

A **natureza hostil**, também aparece através de outra denominação ou sentido – o de “natureza inóspita” – que a seguir aparece nos excertos em que Saint-Hilaire descreve a paisagem situada em determinadas áreas de Rio Grande e os fatores naturais impeditivos à efetiva ocupação do território da cidade. Desse modo, o viajante relata o que em tese presenciou logo à entrada da mesma:

(...) um pequeno forte erguido á cerca de vinte e cinco anos, tão mal situado que parece destinado ao ataque da cidade. Junto desse forte, uma

⁹ Os grifos em negrito são nossos e visam destacar certos elementos em análise.

praça quadrangular, cercada de velhas casas, afasta das umas das outras, no centro da qual se acha um grande tanque de pedra que fornece muito boa água. **Deixou-se na metade da rua da Praia uma área, de aproximadamente seiscentos passos, sem construção no alinhamento das casas mais próximas da água, formando desse modo uma praça alongada, onde cresce uma relva finíssima e que poderia ser muito bonita se aí se plantassem algumas árvores.** Dessa praça avistam-se, além, das águas as ilhas dos Cavalos e dos Marinheiros; e ao nordeste percebe-se o norte distante, bem como as embarcações ancoradas de frente à aldeia. **Essa paisagem, porém, é pouco agradável, não oferecendo nenhum ponto onde os olhos possam de ter-se prazerosamente. As ilhas são, como disse, muito chatas e tudo na paisagem parece nivelado.** (Saint Hilaire, p.105)

Aqui, as habitações, além de rústicas, estão situadas de forma distante uma das outras. A denominada “Rua da Praia” não está alinhada conforme a posição ocupada por parte das casas ali situadas, e não conta com arborização que conferiria maior beleza ao observador. Tratar-se-ia de uma paisagem que não agradava o olhar do viajante, apresentando nivelção uniforme também observável nas ilhas mencionadas no entorno da entrada da cidade, tornando-as pouco atrativas aos habitantes e visitantes. Neste excerto, percebemos que a paisagem da entrada da cidade descontentou Saint Hilaire, pois esta seria *“pouco agradável, não oferecendo nenhum ponto onde os olhos possam deter-se prazerosamente”*, somando-se a isso fatores naturais impeditivos ao povoamento que tratamos anteriormente.

Ainda no âmbito da idéia de “natureza inóspita”, Saint-Hilaire retoma a sua descrição sobre a desprivilegiada posição da cidade do Rio Grande, tecendo sobre ela algumas considerações:

(...) Nada mais triste que a posição do Rio Grande, pois, de todos os lados, só se avistam areais, pântanos e água, e em todos os arredores não há nada que possa recrear a vista, nem mesmo uma árvore. Só um pequeno número de casas com jardim, e este, em geral, não passa de um estreito quadrado de terra onde, aliás, se cultivam legumes com êxito; vêem-se ainda alguns pessegueiros, figueiras e laranjeiras. (...) (Saint Hilaire, p.106)

Assim, é lembrada a posição desvantajosa e “deprimente” da cidade, com areais, pântanos e águas por todos os lados, em que fatores como beleza e afabilidade não estão presentes, com ausência de qualquer arborização e poucas espécies de legumes e frutas disponíveis ao consumo. Neste fragmento, Saint-Hilaire considera indispensável o plantio de árvores e gêneros alimentares no terreno da cidade, descartando a possibilidade de um território minimamente modificado pela ação humana na modificação da natureza.

Através da categoria **natureza a serviço dos humanos**, percebemos que Saint Hilaire, aos poucos, indica a necessidade de transformar a natureza para que ela seja menos inóspita e torne-se útil aos habitantes da cidade. Diz ele:

Cheguei até a Mangueira, espécie de enseada que se encontra a meio quarto de légua a sudoeste da cidade e que se prolonga mais ou menos de leste para oeste, com uma extensão de duas léguas. Recentemente construíram, através do banhado, uma larga estrada que vai da cidade à Mangueira. É ladeada de valas para escoamento das águas. **Este caminho seria bastante agradável se tivessem o cuidado de arborizá-lo, o que é necessário, porquanto não há, nos arredores, nenhum local de sombra.** A leste e sudeste estendem-se, como já disse, banhados lamacentos. (Saint Hilaire, p.88)

A construção da grande estrada por meio do banhado é vista como positiva por Saint Hilaire, pois conecta a cidade à região da Mangueira que o mesmo visitara, estando esta mesma via de acesso contornada por valas que facilitam o escoamento das águas, como consta no trecho. Mesmo assim, o viajante aponta a necessidade de arborizar os arredores da estrada para a projeção e sombras, e ressalta que “banhados lamacentos” ainda predominam em grande medida na região. Deste modo, a mínima e elementar transformação da natureza em obra humana agrada Saint-Hilaire ao ponto do mesmo fazer algumas concessões à “natureza inóspita” em seus relatos, atestando que o mesmo está imbuído – ao menos em parte – da idéia de um “projeto civilizatório” como baliza para as adjetivações que deixa transparecer no texto:

Fui hoje com o Sr. Chaves à paróquia de São Francisco de Paula, em cabriolé descoberto. Nada mais belo que a região percorrida por nós.

Oferece vasta planície, com alguns pontos ligeiramente ondulados. **Por toda a parte o terreno apresenta gramados com árvores e bosquetes esparsos, onde pastam cavalos e bois. Um grande número de belas casas cobertas de telhas aparece aqui e ali, tendo cada um delas um pomar cercado de valas profundas, protegidas por um renque de bromeliáceas.** Algumas cercas são feitas de tufo de ervas, outras com crânios de bois, munidos de chifres, e comprimidos uns contra os outros. **Nos pomares, na maior parte muito grandes, são plantadas laranjeiras, pessegueiros, parreiras, legumes e algumas flores.** Do lado do poente, o horizonte é limitado pela serra dos Tapes; a leste, pelo rio São Gonçalo, que estabelece uma comunicação fácil entre este belo recanto e todas as partes das lagoas Mirim e dos Patos. **O aspecto da região recorda tudo o que a Europa tem de mais pitoresco: os pomares, onde só se vêem árvores novas, e as casas recém-construídas dão a estas regiões um ar de frescura e novidade que ainda mais as embeleza.** (Saint Hilaire, p.112-113)

Desta forma, a região da paróquia de São Francisco de Paula, em Pelotas, é vista como bela por Saint Hilaire, já que apresenta uma planície ondulada e com árvores e pequenos bosques de que se alimentam o gado ali existente. Também, "belas casas" conferem um rosto humano à paisagem. Os pomares, por sua vez, já existem, e oferecem frutos e flores aos habitantes que residem ali. Deste modo, o viajante estabelece uma comparação desta região com o que viu na Europa - os pomares, as árvores e as habitações mais consolidadas na paisagem. Todos estes elementos como diz o autor, "*dão a estas regiões um ar de frescura e novidade que ainda mais as embeleza*". Aqui, vemos o contraponto entre a pujança e afabilidade desta região pelotense e o vazio representado pela paisagem rio-grandina, o que demonstra a admiração de Saint-Hilaire para com a obra humana que transforma a natureza, tornando-a útil a serviço dos habitantes.

Por fim, através da categoria **idéia de progresso**, perceberemos que a mesma corresponde a um segundo momento nas descrições operadas por Saint Hilaire, evidenciando que as transformações que os humanos realizam na natureza podem e devem servir ao estabelecimento da sociedade rio-grandina:

Em frente ao Rio Grande, não há profundidade bastante para outras embarcações além de pequenos iates; os maiores ancoram diante da Aldeia

do Norte, que pode ser considerada como porto de São Pedro. **Seria, pois, muito provável que esta cidade, não possuindo verdadeiramente um porto, situada em terreno estéril, no meio de pântanos e areais, ameaçada constantemente de ser aterrada pelas areias, seria provável, repito, que esta cidade fosse em breve abandonada, se não tivessem colocado a alfândega e não fossem obrigados a transportar para aí todas as mercadorias que chegam ao Norte.** (Saint Hilaire, p.89)

Desse modo, a Barra do Rio Grande não oferecia possibilidade para a atracação de embarcações volumosas, mas apenas de pequeno porte. Neste sentido, o porto de São Pedro configurava uma alternativa a este problema. Afirma o viajante que a inexistência deste porto, dado o terreno estéril da cidade, *“ameaçada constantemente de ser aterrada pelas areias”*, e com a presença de pântanos, faria com que a mesma fosse inabitável. Assim, o estabelecimento da Alfândega foi de suma importância para armazenar os produtos oriundos do porto de São Pedro, possibilitando o desenvolvimento de atividades comerciais na cidade. Percebemos, mais uma vez, que Saint-Hilaire considera muito positivo o engenho humano que confere rosto à natureza, convertendo-a em aliada ao desenvolvimento da sociedade de Rio Grande que levaria ao progresso almejado, segundo as concepções de homem europeu que era.

Relacionadas à **idéia de progresso**, destacamos as considerações de Saint-Hilaire sobre o quadro do comércio em Rio Grande em oposição às condições naturais apresentadas pela mesma a este tipo de atividade econômica. Segundo o mesmo,

A situação do Rio Grande é também pouco favorável ao comércio, tornando-se triste, pois somente iates podem ancorar diante da cidade; as embarcações de maior calado são obrigadas a ficar ao norte. O progresso desta cidade é devido unicamente ao fato de ali estar situada a alfândega, e de ser ponto obrigatório para transportar todas as mercadorias destinadas ao norte. **Prive-se dessa proteção oficial, inteiramente contrária à ordem natural das coisas, e ela entrará em decadência.** (Saint Hilaire, p.106)

Vemos que, em Rio Grande, havia possibilidade apenas para pequenas embarcações atracarem em suas margens. Desse modo, a Alfândega era o único diferencial que conferia

à cidade certo progresso, já que armazenava as mercadorias a serem transportadas ao porto de São Pedro. Como o próprio Saint-Hilaire coloca, “*Prive-se dessa proteção oficial, inteiramente contrária à ordem natural das coisas, e ela entrará em decadência*”. Assim, a “ordem natural das coisas” não era favorável ao desenvolvimento econômico de Rio Grande, necessitando do engenho humano que transformava a natureza, criava e recriava as possibilidades para o estabelecimento da sociedade na relação com o mundo natural que se convertia, gradativamente, em obra humana.

4 - A natureza como obstáculo ao estabelecimento da sociedade de Rio Grande

Assim, nestes fragmentos de Saint Hilaire, datados de 1820, alusivos à cidade do Rio Grande, a natureza aparece como hostil e/ou inóspita por suas características originais/primordiais. Nela, o oceano, os rios, os areais, os pântanos, as águas e os banhados lamacentos são vistos como impeditivos para o estabelecimento da sociedade neste território. Nele, estabelecem-se habitações rústicas esparsas em condições de precariedade. Mas, também, percebemos dificuldades para a aportagem de embarcações, devido ao obstáculo natural da barra do Rio Grande, e por isso a existência da Alfândega confere à cidade, na visão de Saint Hilaire, o único fator de progresso existente. Conforme a análise realizada, percebemos que a natureza impôs limites ao estabelecimento da sociedade humana em Rio Grande, devido às condições naturais encontradas no território. A rusticidade da vida observada por Saint-Hilaire atesta-se pelas suas inúmeras referências sobre a pouca ou ausente arborização, atividade agrícola e melhoramentos físicos na área da cidade.

Em suma, estes seriam elementos necessários ao povoamento e permanência de habitantes na mesma. A paisagem é descrita pelo viajante tendo em vista uma concepção de “belo” e “feio”, sendo o povoamento visto como vida, beleza e atratividade, fazendo frente a uma *natureza hostil* já superada e gradativamente transformada pela ação da sociedade e colocando-a *a serviço dos humanos* segundo a *idéia de progresso*. Neste sentido, a Europa aparece, explícita ou implicitamente, como referência de civilização versus a barbárie aqui encontrada, sendo que Saint-Hilaire deixa transparecer a sua visão “eurocêntrica” de mundo e de “civilidade”.

Por fim, como vimos, a modificação da “ordem natural das coisas” é necessária ao estabelecimento da civilização, através da transformação da natureza em obra humana pelo engenho criativo da vida em sociedade. Mas a relação dos humanos entre si, na esfera da

sociedade e com a natureza, gera conseqüências tanto ao ambiente como aos próprios agentes engajados nas transformações da *natureza em obra humana*.

Sabemos que a *História Ambiental* consiste no estudo das relações sociais dos humanos e, a partir destas, as interações com o mundo natural (a natureza e os demais seres vivos). Percebemos que na primeira metade do século XIX, mais especificamente em 1820, Saint-Hilaire relatou diversos casos em que a natureza era transformada pela ação dos humanos para a constituição da cidade do Rio Grande. Dentre eles, retomamos o caso das limitações impostas pela Barra à aportagem de grandes embarcações comerciais, no sentido de referir que estas “limitações naturais” eram, em verdade, também ocasionadas pela “mão humana” – o despejo operado por moradores, as varreduras de algumas embarcações que por ali passavam e as areias despejadas pelas embarcações de guerra. Assim, uma limitação a princípio “natural” é agravada pela ação humana na sua relação com a natureza, o que vem corroborar a hipótese levantada por Donald Worster (1991, 2003), de que a experiência das sociedades humanas não ocorreu sem limitações impostas pela natureza, evidenciando que os humanos não constituem uma espécie especial ou “eleita” para a dominação do mundo. É neste sentido que o atestamos a validade desta perspectiva analítica.

Convém, ainda, mencionarmos que os relatos de Saint-Hilaire alusivos a Rio Grande, em 1820, deixam transparecer um papel atribuído aos humanos em sua relação com a natureza da cidade. De acordo com os relatos analisados, percebemos que o autor/viajante concebe a natureza “selvagem” como inóspita ou hostil, quando não se encontra transformada pela “mão humana”. Mas à medida que a ação dos humanos recai com maior intensidade sobre a natureza no sentido de colocá-la a serviço de seus interesses socioeconômicos, ela é tida como admirável dentro da idéia de “progresso”.

Estes aspectos intuídos por nós remetem às constatações de Leo Marx, aludidas por DRUMMOND (1991), segundo as quais o homem ocidental cultua as paisagens que ele mesmo constrói/produz, mas teme e deseja domesticar a concebida como “selvagem” (isto é, aquela que suas mãos industriais não alcançaram totalmente), no sentido de civilizá-la.

De qualquer modo, a partir da perspectiva da *História Ambiental*, percebemos uma nítida separação dos humanos com a natureza, sendo esta última concebida como recurso a ser utilizado para o desenvolvimento socioeconômico e ao estabelecimento da “civilização” e do “progresso” da sociedade ocidental. Assim, o paradigma tradicional construído nos últimos quinhentos anos, responsável por esta cisão entre as naturezas

humana e não-humana, ainda era expressivo na cidade do Rio Grande durante o século XIX. Nela, os humanos domesticavam a natureza, transformando-a em obra humana a serviço de seus interesses socioeconômicos e orientações ideológicas calcadas num modelo de vida europeu.

5 – A perspectiva estética nos relatos de Saint-Hilaire

Vimos que em seus relatos de viagem, Auguste de Saint-Hilaire deixa transparecer uma série de valorações sobre a paisagem de Rio Grande, ancoradas em seu contexto de vida, já que o conceito de beleza e as concepções estéticas dependem da existência do sujeito situado num dado contexto histórico, cultural e social. Assim, os olhos só podem ver a partir de um referencial de cultura, e verificamos que o de Saint-Hilaire era o europeu.

Todavia, o viajante francês, ao descrever a paisagem com o retoque do seu acervo sociocultural – mesmo sendo o do europeu civilizado – é capaz de nos causar uma série de emoções pelo retoque de um estilo narrativo que consegue expressar suas inquietações com a paisagem rústica e desolada e sua alegria com aquela transformada pelas mãos humanas. Neste sentido, independentemente de suas valorações de homem europeu, percebemos em Saint-Hilaire a capacidade de emocionar-se com uma experiência estética que vive *in loco* e nos propõe em suas longas e ricas descrições. Afinal, quem não se emociona não é capaz de emocionar os outros. Ninguém pode oferecer e compartilhar aquilo que não possui e desconhece. (cf. ESTÉVEZ, 2008)

Percebemos em Saint-Hilaire a íntima relação entre os seus valores estéticos e éticos, na medida em que a apreciação negativa que ele faz da paisagem rústica/virgem – o feio – está carregada da idéia de atraso civilizacional. Ao contrário, a apreciação positiva desta mesma paisagem, quando transformada pela ação humana – o belo – está relacionada à idéia de progresso e civilização, um objetivo a ser seguido por todos na constituição da cidade. Assim, a significação estética humana de uma paisagem é capaz de revelar um conteúdo ético de natureza valorativa.

Todavia, pensamos que a apreciação estética deva pautar-se por uma perspectiva de multiculturalismo nas relações entre os humanos e a natureza, isto é, num sentido de “acolhida” do outro enquanto singularidade válida em si mesma. Pois cada comunidade (povo, nação) tem a sua cultura e a cultiva de determinada forma e, assim, o desenvolvimento cultural deve ocorrer endogenamente e sem imposições (cf. ESTÉVEZ,

2008). Ademais, o princípio da alteridade é a essência do estético na conduta. (cf. MONTERO *et al* 1987). Vimos que este aspecto não sobressai nos relatos do viajante francês, uma vez que o mesmo invalida esteticamente a paisagem quando esta se afasta dos padrões europeus de desenvolvimento, validando-a somente nos casos em que os humanos a tenham transformado significativamente com o seu engenho criativo.

Este retoque europeu – ou eurocêntrico – dos relatos de Saint-Hilaire revela uma idéia utilitária de natureza, em que ela existe apenas quando satisfaz uma dada finalidade, neste caso o progresso do que se convencionou a chamar de civilização.

Mas se tencionamos promover uma relação estética livre de preconceitos com o diferente e aberta ao diálogo com o outro, teremos de compreender inclusive os juízos e posicionamentos do viajante, e mesmo respeitá-los como frutos de um homem mergulhado em seu tempo, em seus valores, sonhos e convicções. Assim, caberá a nós, a partir desta história pregressa, redefinir os valores e atitudes com este “imenso outro” – a natureza – no sentido do zelo e da contemplação como ela se apresenta em suas próprias manifestações. Isto porque, representações de épocas passadas constituem-se enquanto conhecimento prévio herdado das gerações passadas para a reconstrução de nossa sociedade (cf. CAMPOS, 2002), em novos moldes a serem definidos e redefinidos constantemente, mas que necessitam se pautar na idéia de que a natureza deve ser apreciada como um valor intrínseco, sendo muito mais rica do que a nossa imaginação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Cidade do Rio Grande: História & historiografia*. Rio Grande: FURG, 1997.

CAMPOS, Neide Pelaez de. *A construção do olhar estético-crítico do educador*. Florianópolis: UFSC, 2002.

CIPRIANO, Diego Mendes. *Rio Grande e o Meio Ambiente nos séculos XIX e XX: Algumas aproximações com a história ambiental em dois estudos de caso – 1820 e 1903*. 2009. 81 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Instituto de Ciência Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

DRUMMOND, J. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

- ESTÉVEZ, Pablo René. *Los colores del arco íris*. La Habana: Editorial Pueblo, 2008.
- IZQUIERDO GONZÁLEZ, Madeline; SALINAS CHÁVEZ, Eros. *La apreciación estética del paisaje*. Revista Temas no. 15, 1988. pp. 107-112.
- MONTERO, G. C; PINO, A. R; THOMAS, M. C.; ESTÉVEZ, P. R. *La educación estética del hombre nuevo*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.
- REICHEL, Heloisa Jochims. *Os relatos de viajantes como fonte para o estudo da História*. XIII Economic History Congress, 2002. Disponível em <<http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf>>. Acesso 28 nov. 2009.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul. Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002.
- TORRES, Luiz Henrique. *Câmara Municipal do Rio Grande: Berço do Parlamento Gaúcho*. Rio Grande: Salisgraf, 2001.
- WORSTER, D. *Para fazer História Ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.
- _____. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história*. Ambient. soc., Campinas, v. 5, n. 2, 2000.